

RESENHA

“RELIGIÃO, HISTÓRIA E MEMÓRIA NA MODERNIDADE” “RELIGION, HISTORY AND MEMORY IN MODERNITY” – ARTHUR GRUPILLO; EDMILSON MENEZES; EVERALDO OLIVEIRA.¹

Geraldo Freire de LIMA

Mestre em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (2013) e doutorando em Filosofia pela mesma universidade (2021). É professor de Filosofia do IFRN.²
E-mail: geraldotrieb@hotmail.com

Lançado oficialmente em primeiro de dezembro de 2021, o livro *Religião, História e Memória na Modernidade*, organizado pelos professores da Universidade Federal de Sergipe, Arthur Grupillo, Edmilson Menezes e Everaldo de Oliveira, e que contou com a colaboração textual de alguns autores (os quais citarei nominalmente ao longo do texto), é o resultado mais recente dos estudos empreendidos pelo *Núcleo de estudos e pesquisas em filosofia da história e modernidade* (NEPHEN), grupo existente desde 1998, vinculado ao PPGF/UFS, que tem pesquisado clássicos da filosofia nos séculos XVII e XVIII e suas extensões e influências propiciadas ao pensamento filosófico contemporâneo.

O livro volta-se para um conjunto de conceitos que gravitam em torno dos temas que o próprio título indica: a religião, a história e a memória, integradas a dois elementos comuns, a modernidade e a filosofia. Na obra, a modernidade é apresentada como delimitação temporal, mas também, e acima de tudo, como problema filosófico. O conceito de modernidade não é tratado somente sob um prisma histórico, é analisado e tematizado como uma questão que a filosofia impôs a si mesma: a necessidade de o pensamento questionar e analisar criticamente o momento presente. Ao construir uma análise da história a partir dos problemas de sua época, a filosofia trabalhou na direção de uma significação conceitual num terreno até então inédito, o terreno laico,

¹ GRUPILLO, Arthur; MENEZES, Edmilson; OLIVEIRA, Everaldo de. (Orgs.) *Religião, história e memória na modernidade*. São Cristóvão: Editora UFS, 2021, 260p.

² É líder do Grupo de Pesquisa *Thauma* (grupo de pesquisa e estudos filosóficos, sociais e educacionais) e membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Filosofia da História e Modernidade (NEPHEN). É autor do livro *Kant e Adorno: da Autonomia à Emancipação, da Aufklärung à Auschwitz* (2019).

ou seja, uma significação da história que possuía o sujeito como referência do agente histórico, não mais Deus. A modernidade nunca deixou de abordar os temas da história teológica, pois era o seu ponto de partida crítico, mas a partir de então o fez sob uma consciência e um arcabouço conceitual próprios: a consciência manifesta-se também como consciência histórica. Sem dúvidas, a conquista espiritual do mundo histórico é uma das marcas da modernidade filosófica.

O livro *Religião, História e Memória na Modernidade* é dividido em três seções. A primeira é dedicada ao século XVII, com os textos de Frédéric Gabriel: *Os direitos da querela, ou da sociedade sob o perigo da teologia moral: uma clivagem acadêmica em 1643-1644 entre a Sorbonne e o colégio jesuíta*; de Luís César Oliva, *Eleição divina e história em Espinosa*; e de Edmilson Menezes, *Francis Bacon e a arte da memória*. O primeiro capítulo desta seção dedica-se à elucidação conceitual e crítica da querela entre os jesuítas do célebre Colégio de Clermont e os teólogos da Universidade de Paris, a Sorbonne. Em suas primeiras linhas o leitor é convidado a acompanhar a trama de uma verdadeira peça teatral, com cenário (o Quartier Latin), personagens (de um lado, alunos e jesuítas do Colégio de Clermont, do outro, reitor e doutores da faculdade de teologia da Universidade de Paris), cenas e argumento. O texto é bastante emblemático com relação ao título do livro, porque consegue relacionar os seus três temas: religião, a querela tem como pano de fundo uma questão da fé católica, e nasce dentro de instituições pedagógicas ligadas à Igreja; história, pois trata-se de uma análise filosófica de textos e práticas inseridos num contexto histórico bem marcado; e a memória, quando expõe questões importantes ao entendimento do conceito de “reputação” como significativo instrumento da memória.

Segundo o trabalho, fica exposto que a Sorbonne tinha o seu ensino de filosofia diferenciado daquele dos jesuítas. Havia uma dupla preocupação: com aquilo que os jesuítas traziam de fora (seu ensino) e o que eles representariam uma vez dentro da instituição, ou seja, um ataque à sua reputação, algo que “causaria a ruína da Igreja e do Estado” (GABRIEL, 2021, p. 18). Rejeitando as inovações que o pensamento jesuítico trazia, uma inserção no humanismo, é como se a Universidade antevisse o perigo que a modernidade lhe conferia, pois o que estava em questão, acima de tudo, era a conservação de uma ordem histórica, sob o nome de tradição. O texto denota justamente a transição do momento em que os jesuítas eram respeitados e temidos para o momento em que se tornam prescindíveis à fé católica. A querela, que a princípio alegava uma questão aparentemente institucional, acaba trazendo uma discussão bem mais ampla, a articulação entre concepções morais e questões políticas, pois a não aceitação de jesuítas na Universidade tem

a ver com a relação daqueles, historicamente conhecida, com o poder, ou seja, suas infiltrações na política. A reputação, tema que poderia soar subjetivo, guarda uma dimensão explicitamente histórica quanto ao seu conceito, pois trata-se de tentar modificar, ou até mesmo apagar, uma imagem construída a partir de um ato repentino no presente. A reputação, como instrumento da memória, não aparece na publicação apenas como um mecanismo, mas é o próprio assunto que está sendo discutido em vários níveis. A querela possui um potencial reflexivo, em especial ao tema da modernidade, porque toma a consciência como ponto de partida e momento decisivo quanto às questões da autoridade intelectual, dos desafios políticos da autoridade e da reputação. Está em jogo a disputa que envolve os limites entre a tradição e a decisão pessoal.

O segundo texto da mesma seção, de Luís César Oliva, *Eleição divina e história em Espinosa*, aborda aspectos centrais da teologia política de Espinosa, percorrendo um caminho analítico da transformação conceitual da teologia da história em teologia política. O trabalho apresenta uma análise sobre o capítulo III do *Tratado Teológico-político* de Espinosa, traçando um caminho bem articulado que expõe tanto um encadeamento lógico quanto descritivo da referida obra do pensador. A influente tradição da teologia da história, de matriz agostiniana, explica a origem do mal na humanidade, a solidariedade no mal, a partir do pecado adâmico, pela qual a misericórdia divina responde a esse problema. Assim, segundo Santo Agostinho, o pecado funda a história. A ideia do corpo místico, na tradição cristã, traduz a certeza de que Deus sacrificou Cristo como forma de sanar a dívida do pecado, e a continuação da história é a continuação do recrutamento dos escolhidos. Toda a tradição da teologia da história era inseparável da noção da eleição divina. Sem os eleitos, segundo aquela tradição, a história não teria um sentido, haveria apenas eventos históricos dispersos e contaminados pelo pecado. É esta tradição que é abalada pela filosofia de Espinosa, quando este propõe, segundo o texto de Luís César Oliva, uma revisão no conceito de povo eleito, tanto do ponto de vista religioso quanto do ponto de vista político. Conforme o filósofo holandês, o povo judeu não era “o” povo eleito por Deus, mas um dentre os vários povos eleitos segundo seus méritos singulares. Desta forma, Espinosa opera, na modernidade, uma nova concepção ética e política, que, com base na própria Escritura, dessacraliza a história e passa a compreender as formações sociais (os povos) como formações políticas, independente de época ou religião específica.

No terceiro e último capítulo da seção I, intitulado *Francis Bacon e a arte da memória*, Edmilson Menezes faz um percurso pela arte da memória, dos gregos ao século XVII, passando pelo

Renascimento, e constrói uma análise pormenorizada da mesma e de como o filósofo Francis Bacon a tratou no âmago do seu projeto metodológico de reforma do conhecimento, relacionando as mudanças de compreensões da memória como registro histórico e da memória como ato psicológico do homem a serviço da ciência. Como na modernidade o conceito e o papel do conhecimento foram revistos e reformados, o papel dos instrumentos metodológicos do conhecimento também os acompanhou.

O texto traz delimitações fundamentais, como as ideias de memória natural e memória artificial, válidas até hoje, e descreve como a arte da memória foi tratada, por muito tempo, a partir do abuso do uso das imagens e dos lugares (*loci*). A memória foi associada a uma arte hermética ou oculta, segundo a qual os mistérios devem permanecer ocultos. No período clássico, a arte da memória tornou-se uma mnemotécnica racional, uma técnica de associar e lembrar, e apresentou uma relação com a retórica: o uso público da memória. O autor do texto nos indica que o saber, que deve ser transmitido, necessita sim da memória, mas de um uso específico da memória, de forma isolada a memória só serviria ao divertimento, o que para a ciência é inútil. Ironicamente, mas por um caminho adverso, a alquimia reconhece que o conhecimento acarreta em si um poder, e por isso mesmo nem todos devem ter acesso a ele, apontando o seu caráter de periculosidade. A compreensão e o conceito de ciência empreendidos por reformadores do conhecimento como Francis Bacon iam exatamente na contracorrente deste pensamento: é papel da ciência revelar, tornar público os conhecimentos naturais e racionais, e não os esconder ou delegá-los a poucos. Neste sentido, a filosofia de Bacon entende que a natureza não detém estruturas cujo desvelamento requeiram artes herméticas amparadas em mistérios. A natureza não envolve uma atmosfera oculta, mas compreende um tipo de linguagem e um tipo de engrenagem que precisam ser descobertas e decodificadas.

A segunda seção, denominada “Religião e História em Hegel”, compreende os textos: *A lógica hegeliana do puro pensamento (uma reflexão crítica)*, de Dale M. Schlitt; *Os cruzamentos e a relação recíproca entre história e natureza em Hegel*, de Marco Aurélio Werle; e *Exposição de Deus antes do espírito finito? Uma vez mais a relação entre Ciência da lógica e Fenomenologia do espírito*, de Arthur Grupillo e Rosmane de Albuquerque. No primeiro texto desta seção II, Dale M. Schlitt percorre um denso caminho no exame da lógica hegeliana, no qual a dialética avalia a própria lógica em busca da significação não somente do conceito do existente, mas do próprio sujeito. A partir da determinação lógica do conceito de “algo” (*Etwas*) aponta a natureza necessariamente finita de

qualquer começo e fundamenta logicamente os conceitos abstratos de ser, nada e devir. Schlitt subdivide seu texto em cinco movimentos: no primeiro contextualiza a lógica hegeliana como pensamento puro, para em seguida (segundo) apresentar como Hegel determina tal movimento primordial e elementar do puro pensamento; no terceiro, terceiras observações gerais sobre a dialética absoluta em sua estrutura dentro do círculo metodológico que constitui a lógica do pensamento puro, que estabelece o ser, em sua imediatidade, como o único começo absoluto do pensamento lógico, que origina não somente o pensamento, mas o próprio ser; no quarto movimento, o autor tece uma crítica sobre a argumentação de Hegel a fim de estabelecer a lógica em seu movimento primordial e elementar de puro pensamento em seu começo absoluto no ser, a partir da dialética imanente do filósofo alemão; e por último conclui que, para Hegel, a teologia filosófica surgirá da reintegração entre as esferas da lógica e da filosofia do real.

No segundo texto da seção II do livro, Marco Aurélio Werle apresenta em seu trabalho chamado *Os cruzamentos e a relação recíproca entre história e natureza em Hegel*, de forma bastante didática, a relação recíproca entre história e natureza em Hegel, no âmbito da atividade do espírito. O autor parte dos conceitos de desenvolvimento e de concreto para tentar elucidar o núcleo especulativo da relação entre natureza e história. O texto centra-se mais na noção de desenvolvimento para demarcar as formas de diferenciação entre a história e a natureza, mas que está presente nos dois, sendo que a natureza fica eternamente presa ao em-si, enquanto que no âmbito do espírito, da cultura e da liberdade (a história), onde reside a consciência, existem os movimentos do ser-para-o-outro e do ser-para-si. Por sua vez, o conceito de concreto, em contraste à noção de abstrato, é o conceito que uni as noções de história e natureza, num movimento para dentro, especificando o sujeito como agente da história no tempo. Tempo que, por sua vez, é uma característica tanto do espírito quanto da natureza.

No capítulo que fecha a seção II, *Exposição de Deus antes do espírito finito? Uma vez mais a relação entre Ciência da lógica e Fenomenologia do espírito*, de Arthur Grupillo e Rosmane de Albuquerque, encontramos a descrição do clássico e longo problema da relação entre a lógica e a fenomenologia do espírito presente no cerne das obras de Hegel. O problema é abordado a partir da comparação de duas importantes e diferenciadas interpretações de Hegel, a de Carlos Cirne-Lima, que defende a força da contrariedade como um salto da consciência metodológica no sistema hegeliano; e a de Eduardo Luft, que vê a fundamentação última, ou a autofundamentação, como um problema na filosofia de Hegel.

Na terceira e última seção, denominada “Religião e História na Teoria Crítica”, encontramos um único texto, *Religião segundo a Dialética do Iluminismo*, de Matthias Lutz-Bachmann. O trabalho traz um ponto de vista pouco defendido a partir dos textos dos frankfurtianos, uma restauração social do espírito a partir da religião e da arte (a partir da arte é mais comum). O texto é centrado na análise da primeira parte da *Dialética do Iluminismo*, “Conceito de Iluminismo”, que traz contribuições da Teoria Crítica para uma nova compreensão de religião, um conceito prático de religião no domínio da filosofia contemporânea. O escrito primeiramente retoma um texto de Horkheimer de 1935, “Pensamento sobre religião”, no qual o filósofo frankfurtiano critica a representação de Deus como ideia de justiça e como protesto; e depois, a partir da análise da obra principal dos frankfurtianos, descreve que uma dialética do Iluminismo se impõe como necessária em virtude do fracasso do movimento operário, do horror efetivo do socialismo de Estado, dos governos totalitários e da dominação anônima das sociedades liberais. Segundo Adorno e Horkheimer, a crítica do Iluminismo tem de vir de dentro, e cabe à religião judaica e à arte abstrata da modernidade um papel central.

Se abundaram na modernidade diagnósticos de época dignos do pensamento crítico, hoje sentimos falta de conceitos lúcidos sobre a contemporaneidade que contribuam ao encaminhamento ético da humanidade, o que justifica um retorno constante às obras e aos pensamentos do período moderno.



LIMA, Geraldo Freire de. “RELIGIÃO, HISTÓRIA E MEMÓRIA NA MODERNIDADE”. *Kalagatos*, Fortaleza, vol.19, n.2, 2022, eK22029, p. 01-06.

Recebido: 04/2022

Aprovado: 05/2022